Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90034/2024 (Lei 14.133/2021)

UASG 70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Avisos (4)	Impugnações (0)	Esclarecimentos (1)
24/09/2024 12:57		<p data-bbox="560 315 1490 405">01 - Entendemos que, serão automaticamente desclassificadas as empresas licitantes que, em suas documentações habilitatórias, não apresentarem a documentação oficial, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, visando atender à exigência descrita no Subitem: 2.3.F, consonante ao art. 10 da Resolução CNJ 401/2021 e, com fulcro no art. 93 da Lei nº 8.213/93 e 92, Inc. XVII, da Lei nº 14.133 de 2021 [...], conforme definido no Edital do TRE-MA.</p> <p data-bbox="560 432 1490 723">A presente licitação adota a nova Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, introduzindo diversas inovações. Um exemplo é o artigo 63, que estabelece que, na fase de habilitação das licitações, devem ser observadas certas disposições, incluindo o inciso IV, que exige dos licitantes uma certidão comprovando o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e outras normas específicas. A apresentação dessa certidão assegura que o licitante está em conformidade com a legislação vigente, evitando possíveis sanções e impedimentos na fase de habilitação. O não cumprimento dessa exigência pode resultar na desclassificação do licitante, comprometendo sua participação no processo licitatório. Com base nisso, consideramos a certidão mencionada um requisito essencial para a comprovação da habilitação social do licitante. A apresentação da certidão não só garante o cumprimento da legislação, mas também promove a inclusão social, a responsabilidade corporativa e a transparência nos processos de contratação pública. Pedimos gentilmente que essa exigência seja atendida na fase de habilitação do processo de contratação, por meio da apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p data-bbox="560 745 1171 768">Está correto nosso entendimento? Do contrário, favor explicar detalhadamente.</p> <p data-bbox="560 837 1490 882">02 – Entendemos que as licitantes que não respeitarem o quantitativo mínimo de profissionais informado no Termo de Referência serão desclassificadas, está correto esse entendimento?</p> <p data-bbox="560 952 1490 996">03 – Entendemos que as licitantes que não respeitarem a remuneração mínima de profissionais informado no Termo de Referência serão desclassificadas, está correto esse entendimento?</p> <p data-bbox="560 1066 1490 1133">04 – Entendemos que as empresas de tecnologia que possuem o benefício da desoneração da folha de pagamento, com a contribuição previdenciária calculada sobre a receita bruta (4,5%) e não sobre a folha de pagamento (20%). As empresas, poderão fazer uso desse benefício em sua composição de custo?</p> <p data-bbox="560 1202 1490 1471">05 – Em relação à participação de empresas com regime de tributação pelo Simples Nacional, envio abaixo nosso questionamento: Segundo inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei do Simples Nacional): Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que: XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra; Ainda, conforme entendimento do TCU, entende-se como cessão de mão de obra: 1) A colocação do trabalhador à disposição da empresa contratante, para efeito de caracterização da cessão de mão de obra, ocorre quando o trabalhador é cedido para atuar sob as ordens do tomador dos serviços, que detém o comando das tarefas e fiscaliza a execução e o andamento dos trabalhos. 2) Para fins dessa disponibilização, não é necessário que o trabalhador fique exclusivamente por conta da empresa contratante, bastando que ocorra a colocação do trabalhador à disposição da contratante durante o horário contratado mediante medições de serviço por posto de trabalho ou unidades de medidas similares como horas ou USTs (unidades de serviço técnico). Diante da proibição da cessão de mão de obra pela Lei do Simples Nacional, e diante do entendimento do Tribunal de Contas da União, questiona-se:</p> <p data-bbox="560 1494 1490 1628">Uma vez que o objeto da licitação deixa claro que haverá cessão de mão de obra, será vetada a participação de empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional? Ou então, se aceita a participação das empresas optantes pelo Simples Nacional, estas poderão participar do certame, no entanto, não podendo utiliza-se do enquadramento deste regime, devendo utilizar os percentuais de impostos de uma empresa do Lucro Presumido ou Lucro Real em suas planilhas de custo e, então, exigida a comunicação do fato para a Receita Federal solicitando o desenquadramento da empresa optante pelo Simples Nacional que por ventura se sagrar vencedora do certame?</p> <p data-bbox="560 1697 1490 1809">6 - Não será permitido a subcontratação. Entendemos como subcontratação "a situação em que a empresa contratada pela Administração Pública para a prestação de um serviço ou bem, contrata uma OUTRA EMPRESA (e não seus colaboradores) para apoiar na execução. Isso ocorre quando a organização responsável não possui o conhecimento técnico necessário para o projeto e, assim, firma um acordo com outra instituição (EMPRESA) para executá-lo." Está correto nosso entendimento? Caso não esteja, por favor explicar.</p> <p data-bbox="560 1832 1129 1854">Em atenção à solicitação de esclarecimentos, segue as respostas abaixo:</p> <p data-bbox="560 1877 683 1899">1) RESPOSTA:</p> <p data-bbox="560 1921 1490 2011">Conforme consta no edital, item 2.3. Como condição para participação no certame, a licitante deverá declarar: f) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</p> <p data-bbox="560 2033 1490 2078">Dessa forma, essa exigência já consta no edital e a licitante vencedora deverá comprovar a Declaração, por meio da Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no site: https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/.</p> <p data-bbox="560 2123 683 2145">2) RESPOSTA:</p>

A licitante deve observar o quantitativo de profissionais, de acordo com o edital.

3) RESPOSTA:

A licitante deve observar o que foi estabelecido no edital.

4) RESPOSTA:

As empresas que fizerem a opção pela desoneração, deverão comprovar a desoneração. Dessa forma, poderão usufruir do benefício, considerando a realidade fiscal da licitante. Caso algum licitante insurja contra a desoneração da folha de pagamento poderá apresentar recurso contra o resultado do julgamento, que será devidamente examinado pela área jurídica do Tribunal que decidirá quanto a essa questão.

Portanto, as empresas podem apresentar a planilha com a desoneração da folha de pagamento, entretanto, deverão comprovar a condição. Dessa forma, quando da análise da proposta de preços da vencedora, será verificado o amparo legal dos benefícios que a empresa possui, visando verificar aspectos da legalidade. Caso algum licitante insurja contra a desoneração da folha de pagamento poderá apresentar recurso contra o resultado do julgamento, que será devidamente examinado pela área jurídica do Tribunal que decidirá quanto a essa questão.

Esclareço que as empresas que apresentarem as planilhas com a desoneração, serão convocadas para comprovar a opção pela desoneração, e serão verificados os aspectos quanto à legalidade dos benefícios da desoneração no momento da análise da proposta e planilha da vencedora, de acordo com a realidade fiscal da licitante.

Dessa forma, caso no momento da licitação for verificado que a licitante possui direito à desoneração e esteja devidamente amparada pela legislação vigente, será aceito, pois é um benefício às empresas de acordo com o ramo de atividade. Caso contrário, se verificarmos que a empresa não possui direito a desoneração ou não comprovar a desoneração ou a legislação revogar o benefício, será solicitado à empresa que readeque a sua planilha sem a desoneração, mantendo o preço ofertado na licitação.

Assim, antes de desclassificar a licitante, deverá ser dada oportunidade à empresa para corrigir a planilha, se a licitante não conseguir manter o preço ofertado na licitação e for verificado que a proposta está inexecutável é que poderá ser desclassificada a licitante por inexecutabilidade.

Portanto, o pregoeiro não pode antecipar o julgamento das propostas e planilhas, os aspectos quanto à legalidade da desoneração serão verificados no momento da análise do julgamento das propostas e planilhas, obedecendo a legislação vigente no momento da licitação e a realidade fiscal de cada empresa.

A empresa deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta no momento oportuno, onde poderá demonstrar comprovando os benefícios fiscais e tributários que possui, mesmo sendo a desoneração da Folha de Pagamento.

5) RESPOSTA:

Conforme consta no edital, no item 9.6.1.2. A licitante inscrita no SIMPLES NACIONAL, caso esteja concorrendo, não poderá elaborar sua proposta considerando em sua planilha de custos e formação de preços alíquotas do Simples Nacional, por força do disposto no Art. 17, inc, XII da Lei Complementar n.º 123/06. A proposta já deve contemplar a formação de preço compatível com o Lucro Real ou Presumido.

Conforme ainda consta no edital no item 9.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

9.8. Na hipótese aventada no subitem 9.7, a licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser CONTRATADA, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato), apresentando à CONTRATANTE, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos sócios, com comprovantes de entrega e recebimento. (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008).

9.8.1. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6) RESPOSTA:

Conforme consta no Termo de Referência, no item 4.17.7. É vedado à CONTRATADA: 4.17.7.2. Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir) total ou parcialmente o objeto do contrato.

atenciosamente,

Fábio Leal
Pregoeiro